

INTERCÂMBIO MERCANTIL DO BRASIL APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

OSWALDO BENJAMIN DE AZEVEDO

O Sr. OSWALDO BENJAMIN DE AZEVEDO, sócio cooperador da A.G.B., como economista que é, examina a conjuntura econômica e, em particular, o intercâmbio comercial do Brasil, desde o ano de 1947 até outubro de 1961, no estudo que abaixo publicamos, na certeza de que pode interessar aos estudiosos da Economia brasileira.

Assim como a Contabilidade registra atos e fatos concernentes às atividades mercantis de uma firma, as estatísticas do intercâmbio comercial retratam os atos administrativos de nossos governantes e seus reflexos na economia e nas finanças do país.

Os homens que atuam nas atividades econômicas não podem deixar de acompanhar, dia a dia, os atos administrativos do Governo Federal ou dos Governos Estaduais ou Municipais, pois uma lei, um decreto, uma portaria ou uma instrução (e, ultimamente, também um simples *bilhete* do ex-Presidente, da República, que, muitas vezes, tinha mais força executiva que uma lei do passado) pode representar um grande lucro ou um grave prejuízo para sua organização.

As Instruções da SUMOC, por exemplo, têm mudado radicalmente a vida econômica do Brasil, e seus efeitos são claros àqueles que acompanham os índices econômicos e financeiros da conjuntura.

No decorrer deste estudo veremos como é perigoso lidar com as estatísticas de comércio exterior do Brasil, pois os resultados a que chegamos são completamente diferentes quando as observações são feitas tomando por base os valores em cruzeiros, daquelas obtidas tomando por base uma moeda estável, como o dólar norte-americano.

* * *

O ano de 1953 foi um ano difícil para o comércio exterior, dado o excessivo controle da importação e da exportação. Começou com a volta do câmbio livre pela lei 1.807 (janeiro), terminou com a instituição do regime de bonificações fixas às exportações e de leilões para as importações (Instrução n.º 70 da Sumoc, de outubro).

Foi um ano em que as modificações tiveram caráter radical, influenciando, fantásticamente, nos preços unitários, nas quantidades negociadas e, conseqüentemente, nos valores totais do intercâmbio.

Dividimos, por isso, nosso trabalho em dois períodos de sete anos, sendo o primeiro de 1947 a 1953, e o segundo de 1954 a 1960.

Os anos de guerra foram anormais e o de 1946 foi um ano de transição entre a guerra e a paz, que de, certo modo, foi também anormal, pois nem tôdas as fontes de suprimento no exterior estavam preparadas para reatar suas negociações.

Da comparação desses dois períodos de 7 anos, procuraremos tirar nossas conclusões.

I. PERÍODO 1947 — 1953

Terminado o conflito mundial, o comércio procurou retomar seus contatos com fornecedores europeus e norte-americanos, para restabelecer o equilíbrio dos estoques esgotados nos anos de guerra.

A *exportação* foi, em 1947, em toneladas, pouco superior a de 1946.

Em valor, porém, a diferença a favor de 1947 foi de cerca de 11,6% em dólares e de 16%, calculados em cruzeiros (total).

A *importação* foi incrementada mais que a exportação, com um aumento de 40%, em quantidade; de 80% no valor em dólares e de 75% no valor em cruzeiros (total).

Pela primeira vez na História, a exportação e a importação do Brasil ultrapassaram cada qual o bilhão de dólares, no intercâmbio com o mundo.

O saldo foi de 65 milhões de dólares contra o Brasil.

Surgiram os grandes atrasados comerciais e novas medidas restritivas à importação foram tomadas, a princípio de caráter cambial e, mais, tarde através das licenças prévias de importação. Foi, então, instituído o regime de prioridade para pagamento de importações oficiais e obrigatoriedade de repasse de 30% ao Banco do Brasil das compras de Cambiais dos demais Bancos (Instrução n.º 25 da Sumoc).

Os incentivos à exportação deram resultados satisfatórios e os anos de 1950 a 1953 foram dos melhores para a exportação.

O ano "record" foi o de 1951, tanto para a exportação quanto para a importação, com 1.769 milhões de dólares na exportação e 1.987 milhões de dólares na importação.

Saldos favoráveis em 1950 e 1953, e desfavoráveis em 1951/52, quando também constituiu "record" o desequilíbrio no balanço mercantil.

Em 1950, tinha prevalecido em linhas gerais a mesma política adotada em 1949, sendo que, neste ano, as exportações pagáveis em moedas de livre curso internacional passaram a ser isentas de Licença Prévia (Lei 842, de outubro de 1950).

Os negócios de operações vinculados passaram a responder por 20% do movimento cambial relativo a mercadorias.

Com exceção do café, pinho, sisal e laranjas, os preços dos demais produtos sofreram quedas generalizadas.

Nesses 7 anos (1947/1953), o Brasil exportou 29.322.000 toneladas e importou 64.287.000 toneladas.

O total do intercâmbio foi de 9.511 milhões de dólares para a exportação e de 9.813 milhões de dólares para a importação.

O saldo foi, nesses 7 anos, contra o Brasil em cerca de 302 milhões de dólares.

Nesse período, o *café* contribuiu com 58,9% do total exportado, estimado em dólares. O *algodão* em rama com 9,6%. O *cacau em amêndoas* (4,5%) e a *manteiga de cacau* (0,6%), somaram 5,1%. O *pinho* com 2,9%. *Peles e couros* com 2,3%. *Fumo* e *cêra de carnaúba* com 1,3%, cada um.

Os demais produtos com menos de 1%.

Os 17 principais produtos de nossa exportação contribuíram, nesses 7 anos, com 86,9% do valor exportado, em dólares ou em cruzeiros.

Entre 1947/1949, havia maior diversificação, pois aqueles 17 produtos somente contribuíram com 73% a 79% do total.

Nos anos seguintes, alguns preços unitários foram elevados, principalmente do café, de cêra de carnaúba, da castanha do Pará, do fumo, de manteiga de cacau, de peles e couros, e, então, esse grupo de 17 produtos elevou sua contribuição a 95% do total exportado, em 1953.

Não havendo grandes discrepâncias nas taxas de câmbio de exportação, o grupo de 17 produtos contribuiu com 86,9% sobre o total dos valores, tanto em cruzeiros como em dólares, como já foi dito.

Veremos, mais adiante, como a situação mudou nesse particular.

O ano de 1953 ficará na História dos últimos tempos como a linha divisória entre dois sistemas distintos na política de comércio exterior do Brasil.

De fato, nesse ano de 1953 grandes transformações foram feitas:

- (a) a volta do câmbio livre em janeiro;
- (b) a instituição do sistema complexo dos leilões de moedas em outubro; e

- (e) a extinção da C.E.X.I.M. em dezembro, quando foi criada a atual C.A.C.E.X.

II. PERÍODO 1954/1960

O longo período de política de câmbio oficial, fixo, deu ensejo para o afastamento, por aposentadoria ou por morte, de grande número de operadores de câmbio, não somente do Banco do Brasil, como principalmente dos Bancos particulares, de modo que a volta ao câmbio livre em janeiro de 1953 trouxe, como consequência, problemas considerados como novos e difíceis para muitos.

A C.E.X.I.M., quando sob as direções do General Anápio Gomes e do Dr. Luiz Simões Lopes, em 1949/1950 e em 1951/52, agia dentro de critérios pre-estabelecidos e conhecidos.

Já em 1953, sob a direção do Dr. Coriolano de Góes, o sistema adotado foi de excessiva centralização, de modo que prevalecia o arbítrio de um homem só nas decisões finais.

Contra êsse arbítrio levantaram-se os protestos das associações de classe (da agricultura, da indústria e de comércio), de modo que, quando foi publicada a instrução n.º 70 da Sumoc, em outubro de 1953, sentiu-se uma sensação de liberdade, da volta da iniciativa privada no intercâmbio com o exterior.

A Lei n.º 2.145 de 29 de dezembro de 1953 deu mais força à Instrução n.º 70 e extinguiu a antiga C.E.X.I.M., criando em seu lugar a atual C.A.C.E.X.

A lei n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957, que dispõe sobre a Reforma das Tarifas Alfandegárias e dá outras providências, veio completar o sistema que regula o intercâmbio comercial do Brasil com o mundo.

Nessa lei, foi prevista a unificação da taxa de câmbio e a abolição dos leilões, conforme se depreende dos artigos 10, 53 e 54.

O Conselho Nacional de Economia, dando parecer sobre o projeto de lei n.º 4.241 — 1958, do Deputado Pacheco Chaves, sobre a Reforma Cambial, concluiu sugerindo medidas para unificar as taxas de câmbio e incentivar a exportação.

As Instruções da Sumoc, de 1959 até hoje, foram de certo modo orientadas dentro das sugestões do Conselho Nacional de Economia, passando para o mercado livre, paulatinamente, a maioria dos produtos de exportação e, conseqüentemente, alterando os câmbios de custo dos produtos que tinham tratamento especial quanto à importação.

Somente no atual Governo foram conseguidos “os acordos financeiros no exterior, um reforço de disponibilidade cambiais ou a

dilatação de seus compromissos no tempo, ou ambos”, conforme preconizava o Conselho Nacional de Economia em seu parecer de 1958, e as Instruções da Sumoc, a partir da de n.º 204, vieram completar as medidas necessárias para nos trazer ao regime de taxa única e livre, em que hoje vivemos.

O Projeto Pacheco Chaves, de 1958, não teve andamento, mas a Sumoc aproveitou as suas idéias e as do parecer do Conselho Nacional de Economia, pondo em vigor muitas daquelas sugestões, principalmente nas gestões dos Drs. José Garrido Tôrres (1959) e Octávio G. Bulhões (1961).

* * *

Vejamos, a seguir, como se comportou o intercâmbio do Brasil com o mundo nesses 7 anos (1954-60), de taxas múltiplas de câmbio e de tarifas alfandegárias altas a partir de 1957.

Nesse período, *exportou* o Brasil produtos no valor de 9.653 milhões de dólares, e importou outros no valor de 9.852 milhões de dólares. O saldo foi contra o Brasil em cerca de 200 milhões de dólares.

A diferença foi de somente + 142 milhões de dólares na importação, se compararmos este período com o de 1947/53.

Tal acréscimo obtido no período 1954/1960 foi equivalente a 1,5% na exportação e a 0,4% na importação, em dólares.

Em outras palavras, o Brasil, nos últimos 7 anos, vendeu produtos no valor de mais 142 milhões de dólares ao mundo, ou seja mais 1,5%, que nos 7 anos anteriores.

Comprou mais 40 milhões em produtos estrangeiros, ou seja mais 0,4% que nos 7 anos anteriores.

Muito diferente, entretanto, se nos apresenta o intercâmbio no mesmo período se a moeda considerada fôr o cruzeiro, pois nesses 7 anos importamos mercadorias no valor de 738,7 bilhões de cruzeiros e exportamos outras no valor de 538 bilhões de cruzeiros.

O saldo foi contra o Brasil em mais de 200 bilhões de cruzeiros.

Neste caso (em cruzeiros) o aumento nos últimos anos foi de 200% para a exportação e de 300% para os produtos importados.

Em outras palavras: enquanto o Brasil vendia ao mundo mais 1,5%, em dólares, eram pagos aos exportadores mais 200%, em cruzeiros.

Na importação, o Brasil pagou ao mundo mais 0,4%, em dólares, e os consumidores brasileiros pagaram mais 300%, exclusive direitos e taxas.

Em quantidade, o Brasil exportou 52.729.000 toneladas e importou 98.910.000 toneladas, o que corresponde a acréscimos de 150% na exportação e de 55% na importação em toneladas.

* * *

No período de 1954/60 apareceu mais um produto para figurar entre os principais na exportação: *petróleo cru*. Exportou o Brasil 3.632.877 toneladas de petróleo cru, valendo 70,8 milhões de dólares, ou 6,5 bilhões de cruzeiros.

Comparando-se a exportação dos 7 anos anteriores (1947/53) com os 7 últimos (1954/60), verifica-se que houve melhoria na quantidade exportada de quase todos os principais produtos, com exceção de algodão (-19%), café (-10%), fumo (-2,5%), e peles e couros (-57%).

Foi espetacular a queda de exportação de peles e couros: -57%, em toneladas.

Neste período (1954/60), tomando-se por base o dólar, o *café* contribuiu com 60.1%, vindo a seguir o *algodão em rama* (6.1%), o *cacau* (6%), o *pinho* (3.5%), o *minério de ferro* (2.8%), o *açúcar* (2.7%), o *minério de manganês* (1.5%), o *fumo* (1.3%), a *manteiga de cacau* (1.3%), a *cêra de carnaúba* (1.2%), *carnes e derivados* (1%), *fibra de sisal* (1%), *mate* (1%) e outros com menos de 1%.

Se considerarmos a exportação em cruzeiros, todos os produtos receberam mais no total exportado.

Em dólares, porém, o Brasil recebeu menos:

Milhões de dólares	1954/1960 ± 1947/53
320,0	algodão em rama
7,2	castanhas do Pará
0,1	cêra de carnaúba
2,5	fumo
145,8	peles e couros
542,3	outros produtos.

Esses números nos dão a impressão de que estamos perdendo mercados principalmente de algodão, cêra de carnaúba, castanhas do Pará e de peles e couros.

Com a modificação da taxa cambial, o exportador recebe mais em cruzeiros por dólar exportado, mas o Brasil recebe menos em dólares, pois geralmente os preços caem em moeda estrangeira.

Nos últimos 7 anos, o Brasil recebeu menos dólares por tonelada exportada nos seguintes produtos:

EXPORTAÇÃO

1954/60

Menos que 1947/53

	US\$ por tonelada
Açúcar de cana	— \$ 30.00
Algodão em rama	— \$159.00
Bananas	— \$ 8.00
Castanhas do Pará	— \$ 92.00
Cêra de carnaúba	— \$314.00
Fibra de sical	— \$182.00
Óleo de mamona	— \$171.00
Peles e couros	— \$159.00

Na média geral, recebeu o Brasil menos *US\$141.00* por tonelada exportada no período 1954/60, comparado ao período 1947/53.

* * *

A política de controle da importação e de incentivo à industrialização modificou profundamente a composição das mercadorias de importação.

Foram aumentadas, a partir de 1953, as quantidades importadas de alumínio, petróleo cru, soda cáustica, pasta de madeira, óleo "fuel" e Diesel, óleos lubrificantes, produtos químicos e farmacêuticos, pertences para automóveis, cobre em lingotes, trigo em grão, frutas, malte ou cevada torrefata, aviões, e chapas de ferro e aço.

Baixaram as quantidades importadas de automóveis, caminhões, "chassis" com motores, locomotivas, cimento Portland, gasolina, máquinas e seus pertences, tubo de ferro e aço, bacalhau, rádios, geladeiras, aparelhos de televisão e de outros artigos utilitários.

Houve um aumento de cerca de 80% na importação de papel para impressão de jornais, e de 25% na de trigo em grão (toneladas).

As chapas de ferro e aço, cuja importação havia sido diminuída até 1958, voltaram a ser importadas em maior tonelagem para atender à demanda da indústria automobilística.

Está esta no momento, em crise, pois a fabricação em dobro das quantidades de veículos importados nos melhores anos (1951/52), a preços 4 ou 5 vezes maiores, está limitando cada vez mais o número de compradores.

Essa modificação na especificação de mercadorias importadas criou um problema muito sério, pois a limitação da importação, hoje, de matéria-prima e de partes complementares traria como

consequência a diminuição do ritmo de produção industrial, acompanhada de problemas sociais graves.

Por outro lado, a saturação do mercado está levando o comércio a expandir as vendas a prestações, a prazos acima de 12 meses, com todos os inconvenientes decorrentes desse tipo de negócio.

III. CUSTO DE MERCADORIA E A PARTICIPAÇÃO DO FISCO NO GIRO COMERCIAL

Calculando-se no custo da mercadoria importada todos os fatores que influem na sua composição, tais como juros, impostos, direitos, taxas, deságios, etc., verifica-se que, à taxa de câmbio de hoje para o dólar, cerca de 270,00 cruzeiros, e à taxa atual de Cr\$ 262,46 para o dólar fiscal, o custo final, cif das mercadorias, para o importador variará, em cruzeiros, entre Cr\$ 341,00 e Cr\$ 700,00 por dólar, conforme as alíquotas, desde a mercadoria livre de direitos até as que pagam 120% "ad-valorem".

Em outras palavras: mesmo sendo *livre de direitos*, haverá um acréscimo de cerca de Cr\$ 71,00 por dólar devido a taxas, juros e deságios e outros ônus.

Se recordarmos que, em setembro de 1953, o dólar cif de importação não era superior a Cr\$ 30,00, veremos que os preços de mercadorias de importação subiram de 10 a 20 vezes nos últimos 8 anos.

O acréscimo a esses custos de despesas de venda e de administração nos levam, facilmente, a estimar o dólar para o consumidor em torno de Cr\$ 400,00 a Cr\$ 1.200,00.

* * *

A participação do fisco no Giro Comercial é superior a 15%, em média, sobre a venda.

Conforme o ramo da indústria ou do comércio, essa participação é maior ou menor, tendo grande influência nessa variação as alíquotas do Imposto de Consumo e da Tarifa Alfandegária, bem como a localização da firma, pois variam as taxas estaduais de Vendas e Consignações, de 3% a 8%, e as municipais de Indústria e Profissões, algumas já cobradas "ad-valorem" como em Belo Horizonte (0.5%).

Na indústria automobilística, por exemplo, a participação do fisco é da ordem de 18% a 20% sobre a venda de carros utilitários (Jipes, "pick-ups", camionetas), e de 22% a 28% nos carros de passageiros aqui fabricados.

Por outro lado, o sistema de Letras de Exportação e de Importação, que são negociadas no momento com um deságio de cêrca de 9%, para 4 e 5 meses, encarece o custo das mercadorias, além de causar pressão nas Bolsas de Títulos, com as consequentes quedas nas cotações de títulos particulares.

O capital disponível está hoje sendo desviado dos depósitos bancários e das aplicações em atividades econômicas para a compra dessas Letras de Exportação e de Importação, cujos rendimentos andam em tórno de 30% ao ano.

Do ponto de vista do exportador, a situação está ficando melhor, pois em outubro de 1961 devem cessar as emissões de Letras de Exportação, passando o exportador a receber 100% em dinheiro, na venda de suas cambiais aos Bancos.

A Instrução n.º 204 da Sumoc provocou a queda espetacular dos principais títulos na Bolsa.

A Instrução n.º 208 já contribuiu para a reação favorável daqueles títulos, recuperando cêrca de 50% nas cotações de Bolsa no início de agôsto.

IV. MOEDA, CAMBIO E CUSTO DE VIDA

É interessante observar os reflexos dos meios de pagamento no custo de vida e na taxa de câmbio livre.

Sua influência é lenta, levando de 6 a 18 meses para aparecer nos índices econômicos internos.

Há, de quando em vez, certas coincidências, como acontece agora com a evolução dos índices de custo de vida, comparados aos do dólar livre e aos da moeda em circulação:

Em 1961	Índices 1953 — 100
Custo de vida	436
Moeda em circulação	438
Câmbio (dólar-livre)	438
Moeda escritural	606

As emissões violentas do papel moeda, feitas no final do último govêrno, já começaram a atuar nas atividades econômicas e dentro em pouco teremos o câmbio livre acima de 300 cruzeiros por dólar.

Estamos fazendo essa afirmativa porque o dólar no câmbio livre tem dobrado de valor cada 3 anos, e nesse ritmo deverá estar em tórno de 320 cruzeiros em meados de 1962, pois em julho de 1959 a média foi de Cr\$ 160,00 por dólar.

V. CONCLUSÃO

Através das estatísticas, verifica-se que, nos últimos 7 anos (1954-1960), o Brasil não progrediu em seu intercâmbio com o mundo, pois não conseguiu manter aquele ritmo ascendente verificado em sua exportação de após II Grande-Guerra e que atingiu ao seu máximo em 1951, quando o Brasil exportou 1.757 milhões de dólares. Desde então tem regredido, atingindo a somente 1.269 milhões de dólares em 1960 (-488 milhões de dólares).

Essa queda em nossa exportação em dólares é mais impressionante se recordarmos que o Brasil de Pedro II tinha uma exportação "per capita" de US\$12,50 em 1840, quando, na mesma época, a exportação média do mundo era de US\$2,93. "per capita".

O Brasil manteve sua média "per capita" superior à média geral mundial até 1920.

Depois da crise de 1920, ficou abaixo da média geral, em cerca de 30%.

Igualou em 1950, com a média geral, em torno de US\$47,00 "per capita", e em 1951 chegou novamente a ultrapassar a média geral, pois enquanto o Brasil registrava US\$71,00 "per capita", a média mundial era de somente US\$61,00 "per capita".

Em 1960, a média mundial foi de US\$79,00 "per capita", e a do Brasil somente US\$41,20 per capita.

* * *

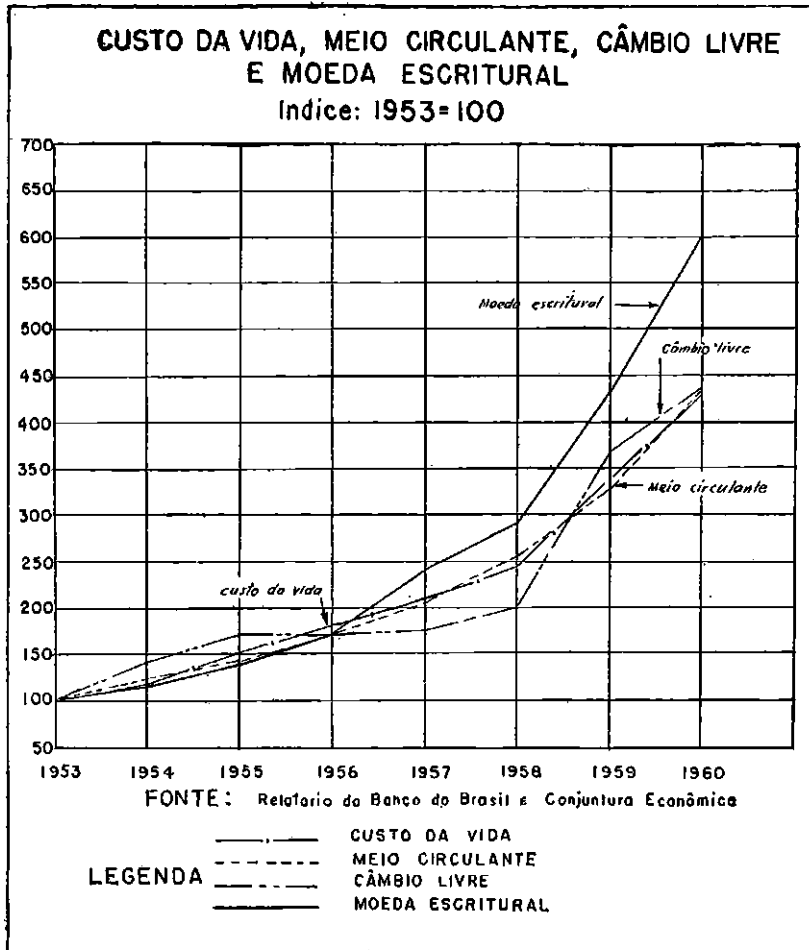
Com essa queda no valor exportado em dólares, o Brasil, que era o líder no comércio da América Latina, passou para o 2.º lugar, perdendo sua colocação para a Venezuela, que ocupa hoje o 1.º lugar no intercâmbio deste continente (exclusive Estados Unidos e Canadá).

Depois de 1928, o mundo multiplicou o valor de sua exportação por 3,4.

O Brasil somente por 2,7 no mesmo período, ficando, pois, cerca de 20% abaixo da média geral.

Entre os principais países da América Latina, somente a Venezuela (x 20,0) e a Colômbia (x 3,6) conseguiram ficar acima da média mundial; o México (x 3,1), a Argentina (x 1,0), e o Chile (x 2,0).

De 1946 a 1956, o índice de crescimento das exportações do Brasil foi superior ao da média mundial, pois, tomando-se o ano de 1928 como 100, em 1956 o Brasil atingia a 312, enquanto o mundo chegava a 281.



A partir de 1957, houve uma ligeira depressão em 1958, reagindo após 1959, e em 1960 os índices eram os seguintes:

	Em 1960:	1928 — 100
Mundo		340
Argentina		106
Chile		207
Cuba		242
Brasil		267
México		313
Colômbia		363
Venezuela		2.100

Entre os 28 principais países que tomam parte no intercâmbio mundial, somente 10 ficaram, em 1960, com índices abaixo da média mundial, e entre esses 10 figuram a Argentina, o Brasil, o Chile, Cuba e o México.

Ainda não houve a esperada diversificação da exportação.

Pelo contrário.

De 1947/53, os *diversos produtos* contribuíram com 13.1%, enquanto 18 dos principais produtos de nossa exportação participaram com 86.9%.

De 1954/1960, os *diversos produtos* só contribuíram com 7.2%, ao passo que os 18 principais com 92.8%.

Nesses 18 principais estão incluídos o *café*, o *algodão* e o *açúcar*, que, juntos, contribuíram com cerca de 69% nos últimos 14 anos.

Isto prova que o Brasil ainda continua vivendo sobre 3 pilstras que o sustentam desde os tempos coloniais: açúcar, algodão e café.

A exportação total no Brasil desde que iniciou seu intercâmbio com o mundo, ainda como Colônia, foi estimada em cerca de 12.1 bilhões de libras, dois terços das quais de divisas produzidas por esses 3 produtos: açúcar, algodão e café.

O *açúcar* foi a coluna mestra na Era Colonial, contribuindo com 56% para o total geral da exportação.

O *café* foi e ainda é o esteio do Brasil independente, com 55% da exportação total, acumulada, desde 1820 a 1960.

A participação em proporções idênticas desses dois produtos em épocas e em regiões diferentes, não somente constitui uma coincidência interessante, como esclarece muitos dos problemas regionais, que hoje nos atormentam.

* * *

Já foi dito noutra oportunidade que o comércio sempre aparece como o principal responsável pela alta de preços, quando, a nosso modo de ver, são os nossos Governantes que criam ambientes para toda sorte de especulação.

Basta citar o fato de que, em outubro de 1953, muitos industriais, lavradores e comerciantes, que possuíam estoques, acordaram um belo dia com suas mercadorias valorizadas de 25% a 100%, conforme o caso, por um simples ato de Governo Federal: a *Instrução n.º 70 da Sumoc*.

Nesta hora, todos tiveram que raciocinar rapidamente para tomar uma nova diretriz em seus negócios, pois surgiu o problema imediato dos preços de reposição.

O industrial, por exemplo, que não possuía estoque de matérias primas, ficou em situação difícil, pois teria que pagar mais para completar compromissos já tomados.

Os que possuíam estoques tiveram que pensar em novos preços de venda para enfrentar a reposição futura.

Houve quem vendesse a preços mais altos, auferindo grandes lucros de início, mas que, não tendo refeito seus estoques, paulatinamente, acabaram saindo do negócio por não possuírem capital suficiente para manter o mesmo ritmo de estoque físico aos novos preços.

Os problemas criados pela inflação em que temos vivido são, de certo modo, graves, pois a falta de capitais está obrigando as indústrias brasileiras a darem participação a capitais estrangeiros, em proporções mais elevadas que as desejadas ou convenientes aos interesses do país.

Após 1955, grandes companhias brasileiras, fabricantes de produtos químicos e farmacêuticos, produtos alimentícios, siderúrgicos, tecidos, vidros, etc. foram vendidas a capitalistas estrangeiros, além das que aqui foram organizadas, estimuladas pela Instrução n.º 113 da Sumoc.

Entraram pela Instrução n.º 113 cerca de 450 milhões de dólares, investidos em indústrias de máquinas, automóveis, mineração, siderurgia, metalurgia, químicas e farmacêuticas, madeira, borracha, papel, alimentos, etc., indústrias essas que, realmente, deram grande impulso à nossa industrialização, mas que provocaram um desequilíbrio entre os controles de direção de nossas principais indústrias, estando, hoje, a maioria sob orientação estrangeira.

Neste regime inflacionário dos últimos anos, com aumentos de salários mínimos de 2 em 2 anos; com aumentos anuais de salários por dissídios coletivos, aumentos estes compulsórios e que, por isso mesmo, fogem aos controles dos dirigentes de firmas; impostos mais elevados; tarifas altas nas alfândegas; "deficits" orçamentários cobertos com emissões de papel-moeda, são fatores que entram na composição dos preços, elevando-os constantemente.

Havendo desequilíbrio entre a elevação de preços agrícolas em comparação aos industriais, entra o Governo com um dos fatores de correção, que é o Preço Mínimo para os produtos da lavoura.

Essa elevação de preços nos põe, de quando em vez, fora dos mercados internacionais, pois não podemos competir com outros países da América, e com os da Ásia e da África onde os salários são baixíssimos.

Basta citar o fato de que, nos últimos dez anos, os salários foram aumentados no Brasil em mais de 600%, em média, sendo que o salário mínimo foi elevado em 2.400%.

Vejamos os índices desse crescimento em algumas classes:

Em 1961	Índices 1950 — 100	
Salário Mínimo	2.526	(25 vezes)
Metalúrgicos	787	(7.8 ")
Comerciários	735	(7.5 ")
Vendedores	616	(6.1 ")

Os reflexos da inflação são sentidos em todos os índices econômicos, e enquanto o índice de valor *real* dos negócios é representado por 250, sendo 1948 igual a 100, o valor das transações atinge 1.831 ou seja 7 vezes mais.

Esse aumento extraordinário do valor das transações faz com que todos estejam trabalhando com menos mercadorias (unidades), iludidos pelos valores mais altos devido à elevação de preços.

Em 1953, o custo de importação era inferior a 30 cruzeiros por dólar.

Hoje, esse custo varia entre 300 e 750 cruzeiros por dólar, para o importador.

As companhias importadoras, que não multiplicaram seus capitais sociais e de giro por 10 a 25 vezes, e as demais, que não os elevaram em pelo menos 7 vezes, estarão hoje no regime de descapitalização, o que de, certo modo, afeta a segurança nacional, ainda mais quando, para sobreviver, são obrigadas a recorrer ao capital estrangeiro, cedendo parte de suas ações.

* * *

Dissemos, anteriormente que, no ano de 1953, foi traçada uma linha divisória entre dois sistemas distintos de política cambial.

A nova política adotada após 1953 influiu fantásticamente na elevação dos preços internos de um modo geral, criando, em consequência, sérios e complexos problemas.

Enquanto internamente foram os preços elevados, em cruzeiros, externamente a tendência dos preços internacionais, para nossos principais produtos de exportação, tem sido de baixa. *Exemplo:* café, algodão, cacau, peles e couros, etc.

* * *

Estavam os negócios sendo ativados, estimulados pelo programa do Govêrno do Presidente Jânio Quadros, quando o país foi violentamente chocado com a inesperada notícia da renúncia daquele Presidente da República, eleito por uma maioria esmagadora de votos.

A tendência de melhoria no intercâmbio comercial e em tôdas as atividades econômicas foi interrompida súbitamente, e o país mergulhou num ambiente de marasmo e de desânimo.

Vivemos, então, cêrca de 15 dias de tôda sorte de incertezas, até que foi inaugurado o Regime Parlamentarista, o primeiro da República.

Façamos votos para que o novo Govêrno consiga recuperar os "meses perdidos" em consequência dêsse chocante ato político, pois, se os preços internos não forem contidos e se a política salarial não fôr conjugada com a política financeira, estamos certos de que os produtos de exportação ficarão dentro em pouco novamente gravosos.

Os exportadores passarão a exigir mais cruzeiros pelas suas divisas para poderem manter seu ritmo de exportação e, neste caso, o Brasil terá sua posição diminuída cada vez mais no intercâmbio mundial, pela consequente queda dos preços de seus principais produtos de exportação nos mercados internacionais.

* * *

Os exemplos do passado nos indicam que o Brasil evoluiu nos anos em que manteve sua moeda em bases estáveis, e regrediu naqueles em que sua moeda se apresentou mais fraca frente às moedas de curso internacional.

Os Ministros da Fazenda, que desejaram cumprir um programa a longo têrmo, não puderam permanecer no posto, em razão das pressões políticas e de interêsses contrariados (J. M. Whitaker e Lucas Lopes).

As autoridades monetárias, que tomaram parte no Govêrno Jânio Quadros, também se apresentaram com um programa a longo têrmo, e conseguiram muito mais que prometeram e que delas era esperado, até a renúncia do Presidente, em 25 de agôsto último.

O Ministro Clemente Mariani e sua excelente equipe mantiveram-se com o mais elevado espírito público à frente do Ministério da Fazenda e dos órgãos monetários (Sumoc e Banco do Brasil) naqueles dias difíceis, até que a crise política foi resolvida com a posse do Vice-Presidente João Goulart e do Conselho de Ministros, tendo à frente o Dr. Tancredo Neves.

Essa atitude patriótica dos Drs. Clemente Mariani, Octávio G. Bulhões, João Baptista Figueiredo e dos demais Diretores do Banco

do Brasil evitou maiores consequências, tais como "corrida" aos Bancos, moratória e interrupção das linhas de crédito no exterior, pois foi mantido um certo clima de confiança nos atos relacionados às atividades econômicas e financeiras.

Ao tomar posse o Conselho de Ministros, foi o programa traçado pelo Ministro Clemente Mariani confirmado pelo seu ilustre sucessor, Dr. Walter Moreira Salles, que teve ainda a habilidade de manter nos postos-chaves as autoridades escolhidas pelo seu antecessor.

Essa continuidade de política econômica e financeira foi um novo fator de confiança e esperamos que o Governo seja mais feliz e consiga levar por um período mais longo a execução de seus planos de fortalecimento da economia, dando ao Brasil o ambiente de paz de que tanto necessita e o ensejo de progredir em bases mais firmes e sadias do que as que vigoraram nesses últimos anos.

Rio de Janeiro, outubro de 1961.